



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 19/2018/TCM-PA

EMENTA: *Dispõe sobre a instalação de Inspeção Extraordinária do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, vinculadas às receitas e despesas custeadas pelos recursos do extinto FUNDEF e Complementação da União, por intermédio do pagamento de precatórios judiciais, ao que estabelece a forma e prazo para encaminhamentos de informações, pelos Chefes dos Poderes Executivos dos Municípios do Estado do Pará, e dá outras providências.*

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição fiscalizatória, no âmbito de suas competências e jurisdição, na forma do que dispõe o art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109/2016, bem como o art. 2º, Inciso II; art. 3º, caput e art. 15, VII, do Regimento Interno (Ato n.º 19/2017), e

CONSIDERANDO a competência constitucional do TCM-PA de apreciar a legalidade dos atos de contratação de fornecedores e prestadores de serviço, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e a regularidade das despesas decorrentes, nos termos do art. 71, incisos II, IV, VI c/c art. 75 da Constituição Federal, bem como o art. 1º, incisos III, IV, VII, VIII, XVIII e §3º, da Lei Complementar nº 109/2016;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento da atividade de fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios e do Tribunal de Contas da União (TC n.º 018.221/2018-1), junto as receitas e despesas vinculadas às políticas públicas municipais na área de educação, notadamente aquelas custeadas pelo Fundo Nacional de Educação e a correspondente complementação realizada pela União;

CONSIDERANDO as diversas irregularidades detectadas no âmbito nacional, vinculadas à utilização dos recursos do extinto FUNDEF e complementação da União, auferidos pelos municípios, a partir de ações judiciais que discutem as diferenças pagas a menor, nos exercícios de 1998 a 2006, com base no VMMA nacional;

CONSIDERANDO as competências concorrentes na fiscalização de tais recursos, atribuídas ao Tribunal de Contas da União e, no âmbito do Estado do Pará, ao Tribunal de Contas dos Municípios, conforme explicitado nos termos o Acórdão n.º 1824/2017-Plenário, do TCU;

CONSIDERANDO os termos das decisões fixadas junto aos Acórdãos n.º 1824/2017-Plenário e 1962/2017-Plenário, ambos do TCU e, ainda, dos precedentes oriundos deste TCM-PA, dentre os quais, exemplificativamente, fixados junto aos Acórdãos n.º 31.192/2017; 31.489/2017; 32.064/2018 e 32.065/2018, de impositiva observância pelos municípios jurisdicionados;

CONSIDERANDO, ainda, a fiscalização deflagrada, em âmbito nacional, pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do Despacho de 04/06/2018, do Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES (TC-015.426/2018-1), em conjunto com os demais Tribunais de Contas dos Estados e Municípios;

CONSIDERANDO, por fim, o poder normativo conferido ao TCM-PA, nos termos do art. 2º, inciso II, da LC n.º 109/2016, para expedir atos e instruções acerca de matérias de sua competência e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade;



RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Fica instalada, no âmbito do TCM-PA, a Inspeção Extraordinária de Fiscalização dos Recursos do extinto FUNDEF e complementação da União, vinculada aos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, com base na matriz de auditoria proposta pelo Tribunal de Contas da União (TC-015.426/2018-1), parte integrante desta Resolução, nos termos do ANEXO I.

Art. 2º. A auditoria de controle externo, sob a forma de Inspeção Extraordinária, prevista no art. 1º, tem como objetivo mapear, fiscalizar e orientar os municípios do Estado do Pará que receberam ou possuem a possibilidade de receber parcelas oriundas das diferenças do VMMA, relacionadas ao FUNDEF dos exercícios de 1998 a 2006, por intermédio de ações judiciais e/ou administrativas, vinculadas ou não a precatórios judiciais, devidos pela União, em ação articulada e conjunta com os demais Tribunais de Contas do Brasil.

Art. 3º. A ação de controle externo tem por objetivo, ainda, promover a verificação de regularidade junto aos municípios paraenses, quanto à forma de contratação de serviços advocatícios, destinados ao ingresso de ações para recebimento das parcelas devidas pela União; a legalidade da aplicação destes recursos, bem como traçar estratégias para a correção das irregularidades eventualmente detectadas, que estejam em desconformidade com a Constituição Federal de 1988, legislação de referência e jurisprudência aplicável.

Art. 4º. As atividades de auditoria, fixadas nesta Resolução será realizada de maneira integrada e conjunta, com o SECEX/PA-TCU, junto aos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, atinentes às parcelas vinculadas ao extinto FUNDEF, tem como finalidades precípuas:

I – Elaborar levantamento quanto aos valores devidos pela União, a título de complementação do VMMA, nos exercícios de 1998 a 2006;

II – Elaborar levantamento dos municípios que já ingressaram com ações e aqueles que ainda não adotaram tais providências;

III – Identificação dos municípios que já obtiveram ingresso destas receitas, a partir da propositura de ações judiciais e o montante de recursos auferidos, via precatórios;

IV – Identificação da natureza das ações propostas, destacadamente, diferenciando-as entre ações de conhecimento e ações executivas vinculadas à ACP 1999.61.00.050616-0;

V – Identificação da assistência judicial utilizada, destacadamente, diferenciando-as entre a contratação de escritórios de advocacia e a atividade das procuradorias municipais;

VI – Identificação da forma de contratação e remuneração dos escritórios de advocacia, verificando-se, a legalidade dos processos de licitação e/ou de contratação direta;

VII – Verificação da destinação/aplicação dos recursos auferidos, nos termos do Acórdão n.º 1824/2017-Plenário, do TCU.

Parágrafo único. Compete, privativamente, ao TCM-PA, no âmbito de sua jurisdição e competências, estabelecidas junto à Constituição Federal, Constituição do Estado do Pará e, ainda, junto à Lei Complementar n.º 109/2016, a apreciação e fiscalização dos procedimentos de contratação de serviços de advocacia e seus procedimentos prévios.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

Art. 5º. Para execução das ações de controle externo, fixadas nesta Resolução, serão requeridos pelo TCM-PA e TCU, em conjugação de esforços, informações de seus jurisdicionados e dos demais entes de controle externo, a exemplo da Controladoria Geral da União, Ministério Público Federal e Estadual, dentre outros organismos que compõem a Administração Pública.

CAPÍTULO II DAS INFORMAÇÕES, PRAZO E FORMA DE REMESSA

Art. 6º. Os Chefes do Poder Executivo Municipal encaminharão todas as informações relacionadas ao ajuizamento de ações e ingresso de receitas, via precatórios, vinculados ao extinto FUNDEF e complementação da União, destacadamente:

I – Informar da existência e montante de créditos perante a União, a título de complementação do VMMA no extinto FUNDEF, relacionado aos exercícios de 1998 a 2006;

II – Informar da existência de processo judicial destinado a tal cobrança de créditos, em andamento ou extinto, informando o número da ação judicial e instruído com espelho da tramitação processual;

III – Informar, nos casos de ajuizamento de ação, sua natureza, destacadamente, diferenciando-as entre ações de conhecimento e ações executivas vinculadas à ACP 1999.61.00.050616-0;

IV – Informar da assistência judicial utilizada, destacadamente, diferenciando-as entre a contratação de escritórios de advocacia e a atividade das procuradorias municipais;

V – Informar, nos casos de contratação de escritórios de advocacia, a forma de remuneração e de contratação (licitação ou contratação direta), instruindo a informação com cópia integral do processo administrativo interno de contratação;

VI – Apresentar detalhamento e comprovação de eventuais pagamentos efetivados por conta da referida contratação, quando procedido por escritórios de advocacia, indicando a fonte de custeio;

VII – Informar os valores já recebidos pelo município, quando for o caso, comprovando-se o mesmo através de extrato bancário;

VIII – Apresentar extrato bancário da conta específica do FUNDEF, prevista no art. 17 da Lei 11.494/2007, ou outra criada especificamente com este propósito, na qual tenham sido efetivamente creditados os recursos dos precatórios do FUNDEF, contemplando o período desde o crédito dos recursos na conta bancária até a data atual;

IX – Apresentar a documentação contábil, financeira e patrimonial que respalde a execução de despesas à conta de recursos de precatórios do FUNDEF, composta por notas de empenho, notas de liquidação, ordens de pagamento, notas fiscais, registros patrimoniais, etc.;

X - Informar se houve utilização de recursos de precatórios do FUNDEF para pagamento de despesas de pessoal a título de remuneração, abono, passivos trabalhistas, etc (art. 22 da Lei 11.494/2007). Se afirmativo, apresentar dados/informações referentes à execução orçamentária e financeira dessas despesas, detalhando a metodologia de cálculo e os critérios utilizados para definição dos valores pagos, bem como os respectivos processos de pagamento;

XI – Apresentar, ainda nos casos de utilização de recursos de precatórios do FUNDEF, para pagamento de despesas com pessoal, as seguintes informações:

a) relação dos profissionais que receberam tais pagamentos, indicando ainda o cargo/função por eles desempenhadas, vínculo empregatício, se pertencem ou pertenciam à educação básica, data de admissão, afastamentos e, se for o caso, data de demissão ou exoneração.

b) folhas de pagamento dos períodos, dados/informações referentes à execução orçamentária e financeira dessas despesas, detalhando a metodologia de cálculo e os critérios utilizados para definição dos valores pagos.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

XII - Informar se o município dispõe de serviços de Assessoramento Jurídico (Procuradoria ou similar). Em caso afirmativo, encaminhar as normas de organização e funcionamento do referido órgão, inclusive o contato (e-mail e celular) do causídico responsável.

Art. 7º. As informações previstas no art. 6º, desta Resolução serão encaminhadas ao TCM-PA, observados os seguintes prazos:

I - Até a data de 26/10/18, fixada para os municípios que já receberam as transferências de recursos do extinto FUNDEF e complementação da União, através de precatórios judiciais;

II - Até a data de 05/11/18, fixada para os municípios que ainda não receberam as transferências de recursos do extinto FUNDEF e complementação da União, através de precatórios judiciais.

Parágrafo único. Considera-se como de efetiva transferência de recursos o ingresso das receitas, através de depósito dos valores consignados por Alvará Judicial, junto a conta indicada pelo Poder Público Municipal.

Art. 8º. As informações previstas no art. 6º, serão remetidas ao TCM-PA, no prazo estabelecido no art. 7º, preferencialmente em meio digital.

Art. 9º. As informações e arquivos, previstos neste capítulo, serão encaminhadas à Presidência do TCM-PA, para preliminar instrução e integralização de relatório geral, em conjunto com a equipe designada pela SECEX/PA-TCU, seguindo, ato contínuo, para os Conselheiros-Relatores, vinculados ao exercício de 2018, na forma regimental.

Parágrafo único. Os arquivos encaminhados ao TCM-PA, em meio magnético, que estiverem corrompidos serão devolvidos, ao ente jurisdicionado responsável, para as devidas correções, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação de sanções pecuniárias, em desfavor do ordenador responsável e demais repercussões, junto às prestações de contas do exercício de 2018, na forma legal e regimental.

CAPÍTULO III

DA OBRIGATORIEDADE DE REMESSA E PENALIDADES

Art. 10. O encaminhamento das informações, por intermédio de arquivos digitais, é obrigatório a todos os jurisdicionados, destacadamente Prefeitos Municipais, na forma e prazo definidos nesta Resolução, com supedâneo do dever legal de prestação de informações ao exercício do controle externo do TCM-PA, sob pena de sanções pecuniárias e demais repercussões junto às prestações de contas de gestão do Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei Complementar n.º 109/2016, do Regimento Interno (Ato n.º 19/2017).

Art. 11. A omissão no dever legal de prestar informações, destacadamente aquelas detalhadas nesta Resolução, importará no enquadramento do Chefe do Poder Público Municipal responsável, junto às penalidades fixadas com base no art. 72, incisos IV, V e VII, da LC n.º 109/2016 c/c art. 282, inciso II, alíneas “a” e “b” e inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCM-PA.

Art. 12. Além das sanções de ordem pecuniária, apurada a omissão da prestação de informações, pelos Chefes do Executivo Municipal, as situações irregulares serão consideradas, para fins de repercussão junto às respectivas prestações de contas, vinculadas ao exercício de 2018.

Art. 13. A ausência de informação ou de omissão na retificação das mesmas, mediante requerimento deste TCM-PA, poderão acarretar aos responsáveis as sanções previstas nos art. 71 a 77, da LC n.º 109/2016, sem prejuízo de outras medidas, apuradas junto aos processos de prestação de contas anuais e, alternativamente, junto aos respectivos processos de tomada de contas, denúncias e representações, mediante proposição do Conselheiro-Relator, ao Tribunal Pleno.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

Art. 14. A prestação de informações falsas, com inconsistências de dados ou, ainda, como outras irregularidades, que venham a ser detectadas após análise dos achados de auditoria, com cruzamento de outros bancos de dados disponíveis, serão comunicadas ao Ministério Público do Estado do Pará, para adoção de providências de alçada, independentemente de outras apurações e repercussões no âmbito das competências próprias deste TCM-PA.

CAPÍTULO IV DA COMISSÃO ESPECIAL DO TCM-PA

Art. 15. Será instituída, mediante Portaria da Presidência, uma Comissão Especial, destacada para desenvolvimento das ações de auditoria detalhadas nesta Resolução, a qual terá a Coordenação-Geral exercida por um Conselheiro, indicado pela Presidência e homologado pelo Plenário, objetivando realizar o planejamento da estratégia de controle das informações prestadas pelos jurisdicionados e sua consolidação, em conjunto com o TCU, sendo composta, por um membro de cada Controladoria, podendo ser o respectivo Controlador ou Controlador-Adjunto.

§1º. Os achados de auditoria, consignados junto a relatórios independentes do TCM-PA e do TCU, servirão de base para consolidação de dados em âmbito estadual e nacional.

§2º. Para desenvolvimento de suas atividades, a Comissão Especial recepcionará as informações prestadas pelos entes jurisdicionados, na forma desta Resolução, podendo solicitar o apoio técnico e suporte das Controladorias, Diretoria Jurídica e Diretoria de Tecnologia da Informação, deste TCM-PA.

Art. 16. Compete à Comissão Especial designada, dentre outras obrigações e atividades:

I - Cumprir as atividades e prazos sob sua responsabilidade, segundo cronograma fixado nesta Resolução;

II – Recepcionar e monitorar o recebimento das informações a serem prestadas pelos municípios jurisdicionados;

III – Prestar suporte aos Jurisdicionados, com o apoio das Controladorias, esclarecendo eventuais dúvidas sobre os arquivos e informações exigidos;

IV – Averiguar se os arquivos remetidos pelos municípios jurisdicionados estão de acordo com o formato e conteúdo definidos;

V – Expedir notificações e demais comunicados, Chefes do Poder Executivo Municipal, objetivando a correção de eventuais erros nos arquivos remetidos;

VI – Compartilhar informações, dados e documentos, com a SECEX/PA-TCU, vinculadas aos termos desta Resolução, objetivando a consolidação de relatório nacional.

Art. 17. Compete, ainda, a Comissão Especial designada, comunicar a Presidência e demais Conselheiros, observadas as vinculações de jurisdição, para o exercício de 2018, de quaisquer intercorrências ou omissões, na remessa de informações ao Tribunal, pelos Chefes de Poderes responsáveis, objetivando a adoção de providências, na forma regimental e, ainda, de fixação de repercussões, inclusive sancionatórias, junto as respectivas prestações de contas anual.

CAPÍTULO V DA COMUNICAÇÃO AOS PODERES PÚBLICOS MUNICIPAIS E RESPECTIVOS CONTROLES INTERNOS

Art. 18. Por intermédio da publicação da presente Resolução, junto ao Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios, ficam notificados todos os Prefeitos Municipais e respectivos responsáveis pelos Controles Internos dos Municípios, das obrigações, formas, prazos para prestação de informações ao TCM-PA, bem como das sanções decorrentes de sua inobservância.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

Art. 19. Para além da eficácia da presente Resolução, a partir de sua competente publicação junto ao DOE/TCM-PA, proceder-se-á com a expedição de Notificação, direcionada aos Chefes dos Poderes Públicos Municipais e respectivos Chefes dos Controles Internos, através do Sistema de Processo Eletrônico do TCM-PA (SPE), conforme minuta constante do ANEXO II.

§1º. A notificação, prevista no *caput* deste artigo, será remetida através do SPE/TCM-PA, vinculada aos autos de prestação de contas anual de gestão do Chefe do Executivo Municipal, em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação desta Resolução, seguida de publicação una, após 10 (dez) dias, junto ao DOE/TCM-PA, com o objetivo de assegurar ampla publicidade das ações de controle externo, em especial, junto às Promotorias de Justiça das respectivas comarcas e à sociedade civil.

§2º. As datas de recebimento das Notificações, via SPE/TCM-PA e, por conseguinte, de publicação, junto ao DOE/TCM-PA, não alteram os prazos e demais obrigações, fixados por esta Resolução, cuja eficácia passará a contar a partir de sua publicidade, junto ao mesmo Diário Oficial Eletrônico.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A aplicação dos recursos do extinto FUNDEF e complementação da União, fora da destinação legal vinculada, nos termos do art. 21, da Lei Federal n.º 11.494/2007 e do art. 60, do ADCT (CF/88), implica na imediata necessidade de recomposição do Erário, ensejando, a responsabilidade do gestor que lhes conferir outra destinação.

Parágrafo único. Por ocasião da apreciação dos achados de auditoria e, ainda, com do processamento das respectivas prestações de contas, proceder-se-á com a necessária modulação de efeitos, notadamente para verificação, caso a caso, das orientações expedidas por este TCM-PA, vigentes à época dos fatos, a teor dos artigos 23 e 24¹, do Decreto-Lei n.º 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), alterado pela Lei Federal n.º 13.655/2018².

Art. 21. Os dados informados pelos Chefes do Executivo Municipal, tratados por esta Resolução poderão ser utilizados por outros sistemas do TCM-PA, no objetivo exercício do controle externo, sob competência deste Tribunal.

Art. 22. O encaminhamento digital/eletrônico das informações detalhadas nesta Resolução não desobriga a unidade jurisdicionada de manter, em sua sede, as informações, documentos e comprovantes relativos aos seus atos, devidamente arquivados, podendo o Conselheiro-Relator, a seu critério ou mediante solicitação, requerer documentos complementares, para subsidiar a análise pelo órgão técnico.

Art. 23. O envio de dados, nos termos deste Resolução, não restringe a competência do Tribunal para examinar, por meio de cruzamento de dados ou de auditorias e inspeções nas entidades, a legalidade e a veracidade dos documentos e informações relativas às receitas e despesas vinculadas aos recursos do FUNDEF e complementação da União.

¹ **Art. 23.** A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

Parágrafo único. Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público."

² *Inclui no Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.*



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

Art. 24. A apresentação e análise de dados, nos termos desta Resolução, também compõe, quando for o caso, para todos os efeitos legais, a prestação de contas anual, sob a responsabilidade dos jurisdicionados.

Art. 25. O TCM-PA poderá divulgar relatórios contendo dados e documentos, enviados nos termos desta Resolução, que tenham relevância pública e que não estejam legalmente protegidos por sigilo.

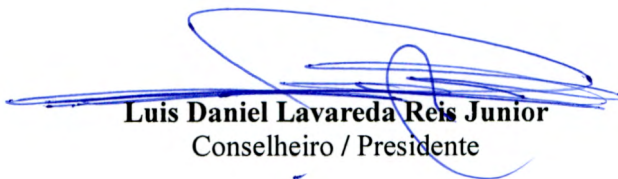
Parágrafo único. Após a conclusão do levantamento de dados e elaboração de relatórios de auditoria, o TCM-PA encaminhará ao TCU os achados de auditoria, instruídos com as documentações e informações prestadas pelos municípios jurisdicionados do Estado do Pará.

Art. 26. As deficiências de controle interno, recorrentes no órgão, bem como as irregularidades e os indícios de inconformidades constatados nos dados informados poderão ser apontados pela unidade técnica, a fim de subsidiar recomendações e determinações pelo TCM-PA, inclusive para fins de responsabilidade solidária, na forma legal.

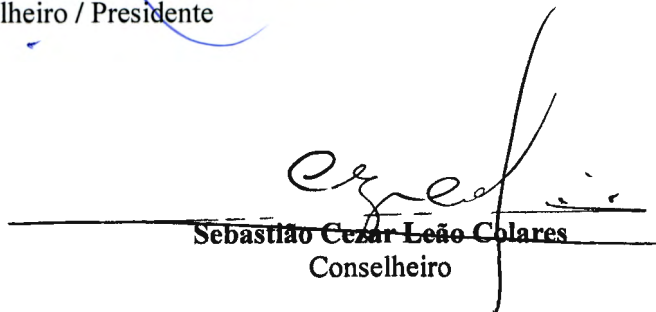
Art. 27. Os casos omissos ou não previstos nesta Resolução, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

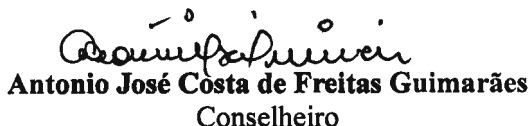
Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios, em 11 de outubro de 2018.


Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente


José Carlos Araújo
Conselheiro / Corregedor


Sebastião Cezar Leão Colares
Conselheiro


Antonio José Costa de Freitas Guimarães
Conselheiro



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

ANEXO I: MATRIZ DE AUDITORIA

ÓRGÃO/ENTIDADE: Prefeituras Municipais do Estado do Pará.

OBJETIVO: Levantamento de informações, documentos e outros achados de auditoria, voltados ao acompanhamento e fiscalização dos municípios jurisdicionados do TCM-PA, no ajuizamento de ações, contratação de serviços advocatícios, recebimento de valores (Precatórios Judiciais) e aplicação de recursos relacionados às diferenças de VMMA do FUNDEF e complementação da União (1998/2006).

Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Procedimentos	Detalhamento do Procedimento	Membro Responsável	Período	Possíveis Achados
Questão 1: Os recursos repassados aos municípios foram depositados em conta bancária do FUNDEB ou outra conta criada exclusivamente com esse propósito?	Movimentação bancária no período.	Extrato bancário.	Analisar o extrato bancário da conta do FUNDEB ou de outra conta criada exclusivamente com esse objetivo, a fim de confirmar o depósito dos valores dos precatórios do FUNDEF.	1) Avaliar a permanência dos recursos na conta específica, desde o repasse até a data atual; 2) Examinar se eventuais movimentações se referem a aplicações financeiras; 3) Examinar se eventuais transferências, saques e/ou operação subtrativas se referem a pagamentos alusivos as despesas de educação.			1) Os recursos não foram depositados em conta específica; 2) Os recursos, embora inicialmente depositados em conta específica, foram posteriormente transferidos (parcial ou integralmente) para outras contas dos municípios.
Questão 2: Os recursos estão sendo utilizados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica?	Detalhamento dos pagamentos realizados.	1) Processos de pagamento (NL, NE, OB, NF, recibos); 2) Plano de aplicação.	Correlacionar documentos contábeis e financeiros com o objeto da despesa.	1) Correlacionar Notas de Empenho, Notas de Lançamentos, Ordens Bancárias, Notas Fiscais e Recibos com o objeto da despesa; 2) Avaliar o nexo entre o objeto da despesa e as disposições contidas no art. 21 da Lei 11.494/2007 e no art. 60 do ADCT; 3) Correlacionar as despesas efetivamente realizadas em cotejo com o plano de aplicação apresentado.			Utilização dos recursos em destinação alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Procedimentos	Detalhamento do Procedimento	Membro Responsável	Período	Possíveis Achados
Questão 3: Foi observada a vedação à destinação de valores dos precatórios do FUNDEF para o pagamento de honorários advocatícios?	Relação de Municípios e número da ação Comprovação de pagamentos de honorários eventuais substabelecimentos Identificação dos responsáveis (gestores e advogados) e valores eventualmente pagos Termos da licitação (ou processo de dispensa/inexigibilidade) e da proposta do licitante vencedor. Meios utilizados para divulgação do edital. Razões para declaração de dispensa/inexigibilidade. Conteúdo dos pareceres emitidos pelas áreas técnica e jurídica da Prefeitura Municipal que motivaram a contratação. Estrutura de assessoramento jurídico da municipalidade (quadro permanente ou terceirizado). Limites de valor dos serviços advocatícios.	Processo licitatório/contratação direta/instrumento convocatório. Decisão/despacho judicial Ato de autorização da dispensa/inexigibilidade. Termo contratual Comprovante de publicação/divulgação do edital/contrato Processo administrativo para fins de contratação de serviços advocatícios. Contrato de prestação de serviços advocatícios. Normas de organização e estrutura da administração pública municipal. Tabela(s) de honorários da(s) Seccinal(is) da OAB.	Identificar na base de precatórios eventuais advogados beneficiários com respectivos valores e dados da ação. Examinar a decisão/despacho judicial e verificar se há destaque para o advogado. Analisar o extrato da conta para verificar possíveis pagamentos de honorários. Analisar o procedimento licitatório/contratação direta à luz da Lei 8.666/93. Examinar o contrato para identificação das partes. Pesquisar no site da OAB local a tabela de honorários.	1) Diligenciar às varas da Justiça Federal onde tramitam os processos de execução/cumprimento de sentença 2) Verificar, com base nos documentos de execução da despesa (ML, NE, OB, NF, recibos, extrato bancário) desembolsos que caracterizem transferência de valores dos precatórios do FUNDEF para pagamento dos serviços advocatícios contratados. 3) Avaliar, com base na motivação expressa para realização da contratação dos serviços ou caracterização do objeto, os fundamentos lançados para sustentar a contratação direta por dispensa/inexigibilidade de licitação e, comprovar de forma consistente a inviabilidade de competição. 4) No caso de dispensa/inexigibilidade de licitação, verificar se o contrato decorrente atende aos termos do ato que o autorizou e da respectiva proposta, e se está comprovada, de forma consistente, a inviabilidade de competição. 5) No caso de serviços técnicos profissionais, verificar a singularidade do serviço e a notória especialização da empresa e/ou do profissional. 6) Verificar a existência de contrato de prestação de serviços advocatícios com finalidade de execução dos recursos de precatórios do FUNDEF (junto ao TCE); 7) Analisar a legalidade da contratação dos serviços advocatícios à luz da Lei 8.666/93 (art. 25). 8) Verificar se o contrato contém todas as cláusulas exigidas pelo art. 55 da Lei nº 8.666/93. 9) Verificar a existência de valores exorbitantes, incompatíveis com a complexidade da causa, com os usualmente adotados no meio advocatício e, sobretudo, com os limites máximos estatuidos em tabela da OAB, em dissonância com o princípio da razoabilidade. 10) Verificar se houve realização de despesa sem previsão orçamentária, em ofensa ao princípio orçamentário da universalidade, previsto nos arts. 2º e 3º da Lei 4.320/64.			Pagamento de honorários advocatícios com recursos dos precatórios do FUNDEF.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Procedimentos	Detalhamento do Procedimento	Membro Responsável	Período	Possíveis Achados
<p>Questão 4: Os recursos recebidos pelos municípios em virtude dos precatórios do FUNDEF foram utilizados para pagamentos de remuneração de profissionais da educação básica?</p> <p>4.1. Qual percentual dos recursos recebidos foi utilizado para esse propósito?</p> <p>4.2. Qual foi a natureza (rubrica) dos pagamentos remuneratórios realizados pelos Municípios (abono, passivo trabalhista etc)?</p> <p>4.3. Os pagamentos realizados foram destinados a profissionais da educação básica que estavam em efetivo exercício no ano em que a complementação da União no FUNDEF foi a menor do devido?</p>	<p>Detalhamento dos pagamentos realizados [contendo a rubrica] a título de remuneração dos profissionais da educação básica com os recursos dos precatórios FUNDEF. Abonos concedidos. Passivos trabalhistas judiciais e/ou administrativos. Pagamentos de atrasados com recursos dos precatórios.</p>	<p>Processos de pagamento (NL, NE, OB, recibos, extrato bancário). Folhas de pagamento. Processos ou decisões judiciais e/ou administrativos relacionados a indenizações ou valores retroativos. Normativos autorizativos da concessão dos benefícios remuneratórios.</p>	<p>Diligenciar aos municípios solicitando informações/documentos. Analisar a folha de pagamento. Examinar os normativos autorizativos da concessão dos benefícios remuneratórios. Analisar as decisões judiciais/administrativas que embasam indenizações ou valores retroativos.</p>	<p>1) Correlacionar Notas de Empenho, Notas de Lançamentos, Ordens Bancárias e Recibos com o objeto da despesa.</p> <p>2) Identificar a realização de pagamentos a título de remuneração aos profissionais da educação básica com o detalhamento dos respectivos valores e rubricas de pagamentos.</p> <p>3) Analisar processos de pagamentos de abono.</p> <p>4) Analisar processos ou decisões judiciais e/ou administrativas autorizadores de pagamentos relativos aos precatórios do FUNDEF (profissionais do magistério).</p> <p>5) Identificar os responsáveis pelos pagamentos.</p> <p>6) Apurar [por meio de nova diligência] se houve pagamento a profissionais da educação básica que não estavam em efetivo exercício à época em que a complementação da União no FUNDEF foi a menor do devido.</p>			<p>Pagamentos aos profissionais da educação básica a título de remuneração/abono com recursos dos precatórios do FUNDEF.</p>



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

ANEXO II: MINUTA DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO N.º XXX/2018/X-CONTROLADORIA

PROCESSO N.º XXXXXXXX-00³

O(A) Conselheiro(a) XXXXXXXXXXXX, do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição fiscalizatória, no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do que dispõe o art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109/2016, bem como o art. 2º, Inciso II; art. 3º, caput e art. 15, VII, do Regimento Interno (Ato n.º 19/2017), e

CONSIDERANDO a competência constitucional do TCM-PA de apreciar a legalidade dos atos de contratação de fornecedores e prestadores de serviço, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e a regularidade das despesas decorrentes, nos termos do art. 71, incisos II, IV, VI c/c art. 75 da Constituição Federal, bem como o art. 1º, incisos III, IV, VII, VIII, XVIII e §3º, da Lei Complementar nº 109/2016;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento da atividade de fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios e do Tribunal de Contas da União, junto às receitas e despesas vinculadas às políticas públicas municipais na área de educação, notadamente aquelas custeadas pelo Fundo Nacional de Educação e a correspondente complementação realizada pela União;

CONSIDERANDO as diversas irregularidades detectadas no âmbito nacional, vinculadas à utilização dos recursos do extinto FUNDEF e complementação da União, auferidos pelos municípios, a partir de ações judiciais que discutem as diferenças pagas a menor, nos exercícios de 1998 a 2006, com base no VMMA nacional;

CONSIDERANDO as competências concorrentes na fiscalização de tais recursos, atribuídas ao Tribunal de Contas da União e, no âmbito do Estado do Pará, ao Tribunal de Contas dos Municípios, conforme explicitado nos termos o Acórdão n.º 1824/2017-Plenário, do TCU;

CONSIDERANDO os termos das decisões fixadas junto aos Acórdãos n.º 1824/2017-Plenário e 1962/2017-Plenário, ambos do TCU e, ainda, dos precedentes oriundos deste TCM-PA, dentre os quais, exemplificativamente, fixados junto aos Acórdãos n.º 31.192/2017; 31.489/2017; 32.064/2018 e 32.065/2018;

CONSIDERANDO, ainda, a fiscalização deflagrada, em âmbito nacional, pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do Despacho de 04/06/2018, do Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES (TC-015.426/2018-1), em conjunto com os demais Tribunais de Contas dos Estados e Municípios;

CONSIDERANDO, por fim, os termos da Resolução Administrativa n.º 19/2018/TCM-PA, aprovada na Sessão Plenária de 11/10/18 e publicada junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA de 16/10/18, de cumprimento obrigatório, por todos os jurisdicionados deste Tribunal de Contas;

NOTIFICA o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXX (Prefeito(a) Municipal de XXXXXXXXXXXX), exercício 2018, para que remeta, informações e documentos relativos ao ajuizamento de ações, ingresso de receitas e despesas realizadas com os recursos provenientes das parcelas devidas pela União, atinentes ao extinto FUNDEF, observando-se, impositivamente, os seguintes detalhamentos:

1. Informar da existência e montante de créditos perante a União, a título de complementação do VMMA no extinto FUNDEF, relacionado aos exercícios de 1998 a 2006;
2. Informar da existência de processo judicial destinado a tal cobrança de créditos, em andamento ou extinto, informando o número da ação judicial e instruído com espelho da tramitação processual;

³ **Nota:** vinculada ao processo de prestação de contas de governo do Chefe do Executivo Municipal, exercício de 2018 (SPE).



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

3. Informar, nos casos de ajuizamento de ação, sua natureza, destacadamente, diferenciando-as entre ações de conhecimento e ações executivas vinculadas à ACP 1999.61.00.050616-0;
4. Informar da assistência judicial utilizada, destacadamente, diferenciando-as entre a contratação de escritórios de advocacia e a atividade das procuradorias municipais;
5. Informar, nos casos de contratação de escritórios de advocacia, a forma de remuneração e de contratação (licitação ou contratação direta), instruindo a informação com cópia integral do processo administrativo interno de contratação;
6. Apresentar detalhamento e comprovação de eventuais pagamentos efetivados por conta da referida contratação, quando procedido por escritórios de advocacia, indicando a fonte de custeio;
7. Informar os valores já recebidos pelo município, quando for o caso, comprovando-se o mesmo através de extrato bancário;
8. Apresentar extrato bancário da conta específica do FUNDEB, prevista no art. 17 da Lei 11.494/2007, ou outra criada especificamente com este propósito, na qual tenham sido efetivamente creditados os recursos dos precatórios do FUNDEF, contemplando o período desde o crédito dos recursos na conta bancária até a data atual;
9. Apresentar a documentação contábil, financeira e patrimonial que respalde a execução de despesas à conta de recursos de precatórios do FUNDEF, composta por notas de empenho, notas de liquidação, ordens de pagamento, notas fiscais, registros patrimoniais, etc.;
10. Informar se houve utilização de recursos de precatórios do FUNDEF para pagamento de despesas de pessoal a título de remuneração, abono, passivos trabalhistas, etc (art. 22 da Lei 11.494/2007). Se afirmativo, apresentar dados/informações referentes à execução orçamentária e financeira dessas despesas, detalhando a metodologia de cálculo e os critérios utilizados para definição dos valores pagos, bem como os respectivos processos de pagamento;
11. Apresentar, ainda nos casos de utilização de recursos de precatórios do FUNDEF, para pagamento de despesas com pessoal, as seguintes informações:
 - a) relação dos profissionais que receberam tais pagamentos, indicando ainda o cargo/função por eles desempenhadas, vínculo empregatício, se pertencem ou pertenciam à educação básica, data de admissão, afastamentos e, se for o caso, data de demissão ou exoneração.
 - b) folhas de pagamento dos períodos, dados/informações referentes à execução orçamentária e financeira dessas despesas, detalhando a metodologia de cálculo e os critérios utilizados para definição dos valores pagos.
12. Informar se o município dispõe de serviços de Assessoramento Jurídico (Procuradoria ou similar). Em caso afirmativo, encaminhar as normas de organização e funcionamento do referido órgão, inclusive o contato (e-mail e celular) do causídico responsável.

O atendimento da presente **NOTIFICAÇÃO** deverá observar, conforme o caso, de maneira impositiva e improrrogável, nos termos do art. 7º, da Resolução Administrativa n.º 19/2018/TCM-PA, aos seguintes **PRAZOS**:

1. **Até a data de 26/10/18**, fixada para os municípios que já receberam as transferências de recursos do extinto FUNDEF e complementação da União, através de precatórios judiciais;
2. **Até a data de 05/11/18**, fixada para os municípios que ainda não receberam as transferências de recursos do extinto FUNDEF e complementação da União, através de precatórios judiciais.

O não atendimento desta Notificação, no prazo indicado, importará na obstrução e sonegação de informações à realização do controle externo, nos termos do art. 33, do RITCM-PA, culminando com a incidência de infração ao previsto no art. 282, inciso II, alínea "b" do RITCM-PA, apuráveis junto à prestação de contas anual de gestão, do Chefe do Executivo Municipal, do exercício de 2018 e, ainda, encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as demais providências de alçada.

Belém, XX de outubro de 2018.

Conselheiro(a) XXXXXXXXXXXXXXXX
RELATOR(A)